

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

POR FIM AO GENOCÍDIO NO VIETNAM!

Em Paris, no dia 27 de Julho, e por iniciativa do Partido Comunista Francês, realizou-se na sede do seu Comité Central, uma conferência europeia dedicada inteiramente à solidariedade com a luta do povo do Vietnam. A essa conferência deram a sua adesão 28 partidos comunistas e operários de toda a Europa, dos quais estiveram representados 27.

A sua realização evidenciou a coesão e a firme disposição dos partidos comunistas europeus no sentido de intensifica-

rem a solidariedade e o apoio à justa luta pela liberdade e a independência dos povos do Vietnam. Os participantes aprovaram unanimemente uma Declaração na qual se afirma que os imperialistas dos Estados Unidos multiplicam os bombardeamentos e « destroem metódicamente todas as formas de vida, as cidades e as aldeias, as empresas industriais, as escolas e os hospitais ». E mais adiante, a Declaração sublinha: « Destruir tudo, queimar tudo, matar tudo, tal é a realidade da política imperialista dos Estados Unidos ».

O delegado do Partido Comunista Português à conferência, camarada Octávio Pato, membro do Comité Central do PCP, referiu os esforços feitos em Portugal para desenvolver acções de solidariedade, reconhecendo ao mesmo tempo que as acções realizadas « são insuficientes, que é necessário fazer mais e que se pode fazer mais », sublinhando que « é necessário mobilizar a »

(cont. na 6ª pag.)

POR UMA AMNISTIA GERAL Contra a repressão política

Expressando o desejo centenas de vezes manifestado por grandes massas de portugueses e portuguesas nos últimos anos, a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, em carta datada de 1 de Maio de 1972, assinada por todos os seus membros, reivindicou junto do presidente da República uma amnistia geral para todos os presos políticos.

« Ao ponto a que as coisas chegaram no domínio da repressão política — precisa a CNSPP na sua carta — alguém terá que impôr um travão às autoridades responsáveis. Mais: será necessária uma iniciativa de envergadura, no sentido de sanear o ambiente — sobretudo, de reparação junto de tantos portugueses que têm sofrido e estão a sofrer neste momento. Não hesita esta Comissão Nacional em dizer que a iniciativa terá de ser uma amnistia geral para os presos políticos. »

A CNSPP soube reflectir admiravelmente os desejos de todos os democratas portugueses, de todos os homens, mulheres e jovens de sentimentos nobres de Portugal e ir ao encontro dos anseios e preocupações de todas aquelas famílias que sofrem pela separação forçada de entes queridos que se encontram presos nas masmorras fascistas ou vivendo em países estrangeiros. É nossa opinião, porém, que a reclamação apresentada pela CNSPP não nos dará por si só a almejada amnistia geral.

A conquista da reivindicação nacional, que é a amnistia, para todos os presos e emigrados políticos, impõe a todos os democratas a organização imediata de mil e uma iniciativas de apoio à bela iniciativa da CNSPP: envio à Presidência da República, Governo e Assembleia Nacional de textos assinados, telegramas e cartas colectivas ou individuais; realização de reuniões para discutir o problema da amnistia, e aprovar moções e medidas práticas para intensificar e alargar a todos os sectores da população, a todo o país, as acções de apoio à reclamação da amnistia geral; publicação de documentos contendo factos concretos ligados à repressão e explicando-os e de cartazes reclamando a Amnistia; inscrições nos muros e nas estradas exigindo a amnistia, etc..

Esta necessidade foi compreendida imediatamente pelas 47 individualidades da Comissão Pro-Amnistia de V. Franca de Xira, que dirigiram uma carta ao

presidente da República apoiando esta iniciativa e pelos estudantes dos institutos Superior Técnico e de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa que, em reuniões gerais de alunos, decidiram elaborar textos de apoio logo assinados por muitas centenas de estudantes.

Exemplos de iniciativa pronta como estes podem e devem multiplicar-se por toda a parte.

Paralelamente à exigência nacional de Amnistia, as forças democráticas, as massas populares, têm de travar, de maneira organizada batalhas sucessivas contra a repressão política, contra o arbitrio e os crimes das forças repressivas pois, como salienta a CNSPP na citada carta ao presidente da República,

« De norte ao sul do país prendem-se, espancam-se e torturam-se pessoas, ou levam-se ao desespero nos interrogatórios e na interminável prisão preventiva; desprezam-se os direitos de defesa dos arguidos, aplicam-se pesadas penas que a imprensa todos os dias refere; movem-se perseguições a uns cidadãos e impõe-se a expatriação a outros tantos. O clima de insegurança é avolumado, ainda pelas constantes violações dos domicílios sem que haja processo instaurado que as justifique, pela pressão sobre os organismos associativos, pela autêntica vaga de ódio fanático de que passaram a ser alvo os livros, instrumento básico de cultura. »

Depois da entrega da carta da CNSPP, em 15 de Maio de 1972, até agora, as forças policiais foram atiradas em força e brutal-

(cont. na 2ª pag.)

LUTA ORGANIZADA NAS EMPRESAS Principal força motora da luta reivindicativa

Analisando a luta nas empresas, o documento de Maio do Comité Central do nosso Partido intitulado « Tarefas fundamentais da situação política actual », afirma:

« A luta reivindicativa dos trabalhadores desenvolve-se por todo o país em amplas acções em que participam muitas dezenas de milhar de trabalhadores ».

Confirmam que assim é as vigorosas acções dos trabalhadores noticiadas ultimamente no « Avante! », designadamente as numerosas paralisações, concentrações, recurso ao trabalho lento e outras formas de acção que tem tomado o firme combate dos metalúrgico pelo cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho, além de outras importantes acções pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores de outros sectores profissionais.

A luta continua

Na **FÁBRICA DE LANIFÍCIOS TÊXTIL DE ALENQUER**, ante a ameaça de encerramento da empresa, os operários (cerca de 400) decidiram enviar uma exposição ao secretário da Indústria exigindo medidas urgentes e enérgicas. Esta exposição foi apoiada por cerca de 2.000 assinaturas de operários, familiares e outras pessoas da localidade. O Sindicato deu apoio total a esta

acção.

Cerca de 100 operários trabalhando numa empresa de Braga na instalação de esgotos em Serpa, paralisaram o trabalho exigindo a semana inglesa que a empresa havia prometido e que os trabalhadores que vivem longe fossem transportados às suas terras (Pias e Santa Iria). Os patrões tiveram que recuar.

Os operários dos lanifícios de Lisboa apoiaram com mais de 1.000 assinaturas a acção do Sindicato contra o corte do subsídio de turno de 25%.

Nos **SERVÍCIOS MUNICIPAIS DE GÁS E ELECTRICIDADE** (Porto), porque não vinha o aumento de salário reclamado desde o princípio do ano, os trabalhadores paralisaram o trabalho na manhã do dia 15-6, decidindo assim continuar até vir uma resposta. Recebendo uma comissão de trabalhadores, o director recorreu a falsas promessas e mentiras na tentativa de levar os trabalhadores a abandonar a luta. Mas enganou-se. Cerca de 500 operários que aguardavam a resposta da comissão, decidiram logo continuar a paralisação na manhã seguinte e ir para a greve pois « já estavam fartos de conversa ». Na manhã seguinte, o pessoal dos serviços exteriores paralisou também. As tentativas

de intimidação dos chefes de serviço não demoveram os trabalhadores.

Insistindo sempre numa resposta concreta à questão « quanto e quando » receberiam o aumento, os trabalhadores forçaram o director a garantir que até ao fim do mês seria dada uma resposta. Só mantendo-se firmes e vigilantes como até aqui, pois há que esperar novas manobras da direcção para arrefecer, intimidar e dividir, os trabalhadores poderão ver satisfeitas as suas justas reivindicações.

Nos **ST.CIP.** (Serviços de Transportes Colectivos do Porto), depois da entrega dum abaixo-assinado com 45 assinaturas de aprendizes por uma sua comissão, reivindicando uma sala de estudo durante as horas de trabalho sem desconto de salário, regalia que lhes havia sido cortada, os jovens insistiram várias vezes pela satisfação desta reivindicação. A Administração acabou por ceder.

Na **EMPRESA FABRIL DO NORTE** (S. da Horta), as operárias entregaram na Administração um abaixo-assinado com cerca de 350 assinaturas reivindicando o funcionamento da creche para os seus filhos até à idade escolar.

(cont. na 3ª pag.)

Por uma amnistia geral

(cont. da 1ª pág.)

mente contra os estudantes de Lisboa ferindo e prendendo dezenas deles, assim como outras dezenas de jovens trabalhadores, entres eles **Horácio Rufino** que foi sujeito à tortura do sono durante 14 dias e 14 noites seguidos e seu irmão **Manuel Cecílio Rufino**, de Vila Franca de Xira, o jovem **Honorato**, operário do Parque Aero-náutico de Alverca, **Luís Pais de Figueiredo**, 20 anos, operário da Fábrica de Pólvora de Moscavide, **Oscar Martins Romualdo**, 18 anos, operário da Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, Lisboa. Só em Moscavide, por volta de 26 de Junho, a polícia prendeu 10 jovens cujo destino se desconhecia dias depois. Numa rusga realizada num café da Charneca do Lumiar, Lisboa, a polícia prendeu cerca de 20 jovens que levou para as suas masmorras pelo simples crime de não terem em seu poder no momento bilhete de identidade ou por não terem calos nas mãos (!!).

Quando retirava de uma tipografia 10.000 exemplares de um documento intitulado «A situação política — O fracasso do reformismo», assinado por 54 democratas de Lisboa, médicos, engenheiros, economistas, escritores, jornalistas, etc., foi assaltado por um grupo de agentes da PIDE-DGS de pistola em punho e preso o jornalista **Mário Ventura**.

Os tribunais plenários continuam a ditar sentenças arbitrá-

rias encomendadas pela PIDE, a qual continua a agir como senhora dos destinos e da vida dos portugueses que não lêem pela cartilha do regime, ou que simplesmente reclamam liberdade e protestam contra a exploração e o arbitrio.

Como se diz na carta da CNSPP ao presidente da República,

«... chegou até aos mais importantes órgãos do Estado, a atitude de repúdio perante uma legislação indefensável para repressão das actividades políticas e perante as práticas abusivas das autoridades policiais e prisionais».

O governo, porém, como salienta ainda a CNSPP na citada carta remeteu-se,

«a uma posição de manifesta conivência, oferecendo generosa cobertura às actividades da polícia, com flagrante desrespeito pelos poderes dos outros órgãos do Estado e pela opinião pública».

Esta realidade reconhecida e vivida no nosso país, coloca a todos os antifascistas a tarefa inadiável de organizarem forças e unirem vontades com vista à mobilização de todos os portugueses e portuguesas amantes do direito, da justiça e da liberdade contra a repressão política que campeia de norte a sul do país e em apoio activo da reclamação de amnistia geral para os presos políticos apresentada ao presidente da República no 15 de Maio de 1972 pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

UMA FARSA QUE O POVO REPUDIA mas que é obrigado a pagar

A nomeação do decrépito almirante **Américo Tomás** para presidente da República não teria sido a mais desejada pela elite que governante caetanista. O receio de choques mais ou menos agudos entre os vários sectores da família monopolista fascista, que a escolha de um homem mais novo, incluindo o próprio **M. Caetano**, poderia provocar no momento presente, pode explicar, em certa medida, a escolha feita.

Decidida pelo partido único, ANP, tal escolha deixou o nosso povo indiferente como, aliás, era de esperar. Não se tratando de uma eleição directa, mesmo para inglês ver, os democratas e o povo português nada tinham a ver com a farsa, salvo desmascará-la.

Sentindo o desinteresse absoluto do povo pela farsa e o repúdio crescente e activo das massas populares da política colonial que segue, o governo e o partido único fascista lançaram-se numa frenética e histérica campanha propagandística cantando as pseudo virtudes do almirante feito a martelo e da política colonial do chefe do governo, mais para dar alento aos seus adeptos do que na esperança de conquistarem apoio popular digno desse nome. Quase nunca, porém, saíram à rua não fosse o diabo tecê-las e o feitiço virar-se contra o feiticeiro.

Todos os meios oficiais e extra-oficiais — humanos, técnicos, financeiros e outros — foram postos à disposição dos propagandistas da ANP e das autarquias locais. Edifícios públicos e outros, como os da FNAT, que, como é sabido, são pagos e mantidos pelos sindicatos e a estes são muitas vezes interditos pelo governo para neles realizarem reuniões e assembleias gerais, escancararam as suas portas aos fascistas da ANP e quejandos. Isto é, o povo paga caro mesmo aquilo que não quer ver nem ouvir, mesmo aquilo que é feito contra ele. Mas mais: milhares e milhares de funcionários públicos e municipais (obrigados na sua maior parte a assistir aos tais comícios de apoio) perderam dezenas de milhar de horas de tra-

(cont. na 6ª pág.)

Parar as mãos dos assassinos!

Há muitas formas de matar, umas directas, outras indirectas. O bando da PIDE-DGS, hoje sob o comando directo de **M. Caetano**, **Gonçalves Rapazote** e major **Silva Pais**, tem empregado indistintamente umas e outras durante o longo reinado da ditadura fascista. Tem assassinado a tiro nas ruas, casos de **Alfredo Diniz**, **José Dias Coelho**, general **Humberto Delgado**, e mesmo na própria casa das vítimas, como foi o caso do médico **Ferreira Soares**; tem assassinado por meio da tortura como foram, entre outros, os casos dos dirigentes sindicais **Vieira Tomé** e **Germano Vidigal**, de **Ferreira Marquês** e **José Moreira**; tem assassinado lentamente nas prisões pelo processo da ruína física dos presos, tais os casos de **Bento Gonçalves**, **Militão Ribeiro**, **Alfredo Caldeira**, **Mário Castelhan** e dezenas de outros no sinistro campo do Tarrafal e noutras prisões; outros têm ido morrer a casa pouco depois de terem sido libertados, tais os casos mais recentes de **Manuel Rodrigues da Silva**, **Luísa Paula** e **Agostinho Saboga**; tem assassinado, é o termo, presos e familiares destes pelo processo maquiavélico da ruína lenta e premeditada do seu sistema nervoso que tem conduzido alguns ao suicídio, tais os casos mais recentes e fatais de **Albina Fernandes** e **Rita Pereira Cabrita** e o caso, felizmente não fatal, de **Úrsula Machado**, presa na cadeia de **Caxias**, transferida após a tentativa do suicídio para o Hospital de **Miguel Bombarda** de Lisboa em estado grave.

O governo e a PIDE-DGS Responsáveis pela morte de Rita Cabrita

Pela prisão do marido em condições arbitrárias e consequente invasão terrorista de sua casa, pelas torturas físicas e morais de que foi vítima o marido durante meses, pela recusa de visita e de um advogado durante os interrogatórios como manda a lei, pelas ameaças abertas e veladas ao marido e a si própria e posteriormente pela condenação de **Daniel Cabrita** a pena maior e às celadas medidas de segurança, o bando da PIDE-DGS empurrou, dia após dia, **Rita Cabrita** para o suicídio — para a morte, ocorrida no dia 2 de Agosto.

Sobre o governo de **M. Caetano**, que cobre toda a actividade criminosa da PIDE, cai toda a

responsabilidade da morte de **Rita Cabrita**.

Numa impressionante manifestação de solidariedade humana e de condenação dos processos criminosos da PIDE, os três sindicatos bancários do país reclamaram junto do presidente da República e do governo a libertação imediata de **Daniel Cabrita**.

Úrsula Machado Em perigo de vida

Úrsula Machado, operária agrícola alentejana, militante do nosso Partido, foi presa numa tipografia clandestina do P.C.P. em 20 de Agosto de 1968. Condenada a dois anos de prisão maior, continua presa a coberto das «medidas de segurança».

Os maus tratos quando da sua prisão, as condições prisionais deprimentes a que tem estado sujeita durante quatro longos anos, a ausência de tratamento médico capaz, a falta de visitas (o marido também preso e as filhas impedidas de a visitarem), tudo isto arruinou a sua saúde. Atingida recentemente por uma grave perturbação mental, que a levou à beira da loucura, **Úrsula Machado** tentou suicidar-se cortando os pulsos. Internada de urgência no Hospital **Miguel Bombarda** de Lisboa, a sua vida corre grave perigo.

Internando-a em tal hospital, em vez de a libertar, até por que já há muito terminou a pena, o bando da PIDE e o governo procuram levar até ao fim o seu plano de ruína física e mental desta valerosa militante comunista.

Outras vidas ameaçadas Que é preciso salvar

São já bem conhecidos os casos graves de saúde de **Manuel Pedro**, **Hidio Esteves**, **Rogério de Carvalho**, **José Magro**, todos sujeitos a crises constantes devido às péssimas condições prisionais e à falta de tratamento eficaz.

Tal como no caso de **Úrsula Machado**, só a sua libertação poderá permitir condições apropriadas de tratamento, que não já de cura completa, a tal grau chegaram os seus padecimentos.

A PIDE-DGS e o governo recceiam, porém, por isso, manobram e actuam friamente com vista a tornar inválidos aqueles patriotas mesmo correndo o risco de algum deles virem a sucumbir na prisão.

É preciso impedir que novos crimes se cometam. Os democratas, todos os os homens e mulheres de coração do nosso país, os familiares dos presos não podem nem devem calar os crimes cometidos ou provocados pelas forças repressivas, em especial pela PIDE-DGS, a situação grave que se vive nas prisões, a gravidade da saúde de alguns presos políticos.

Apoiar em massa a reclamação de amnistia geral da CNSPP, eis uma tarefa e um dever de todos.

UM MISERÁVEL DENUNCIANTE

No passado dia 5 de Julho foi preso na Retunda da Via Rápida — Porto — **JULIO ANTONIO BAPTISTA ARAÚJO PINTO**, natural de Oliveira de Azeméis, desertor do exercito por não querer participar numa guerra injusta, contrária aos interesses nacionais.

O jovem **Julio Araújo** foi indicado como desertor ao guarda da PSP nº 1206 da 12ª Esquadra, **MANUEL NAMORA FERREIRA** (que de pistola em punho, ameaçou várias vezes matá-lo) por um miserável denunciante de nome **ANTONIO PINHEIRO MARTINS COELHO**, guarda aposentado da PSP,

natural de Oliveira de Azeméis, residente no rua Nova do Tronco, 729, na cidade do Porto.

Entregadas autoridades militares, estas, por sua vez, entregaram-no dias depois à PIDE-DGS, mostrando assim mais uma vez a interligação, sendo submissão, existente entre o Exército e aquele bando de criminosos.

Pelas informações até nós chegadas, o jovem **Julio Araújo** tem sido selectivamente torturado.

Não esquecer os denunciante e os outros inimigos do povo. Este terá de julgá-los amanhã.



LUTA ORGANIZADA NAS EMPRESAS

(cont. da 1ª pág.)

Na **INTERNEX** e na **LEÃO** (Porto), em idas colectivas ao patronato, os empregados de escritório reclamaram aumento. Na Internex, a sua reivindicação foi satisfeita.

Intensifica-se a exploração capitalista

Seguindo o exemplo dos exploradores da metalurgia, os tubarões da indústria química do distrito de Lisboa (CUF e quejandos) entraram também no rendoso jogo da violação do C.C.T. que haviam assinado. Depois de dois longos anos de negociações, depois de 4 meses de não-aplicação das novas remunerações, o Grémio, melhor dizendo, os magnates da CUF, SAGOR & Cª, fogem agora ao pagamento da diuturnidade invocando «dúvidas» sobre o clausulado, enquanto que os da COPAM, recorreram ao conhecido truque da mudança de Grémio para fugir às «dúvidas».

Em consequência da introdução de novos métodos tecnológicos nas empresas, os gráficos de Lisboa estão a ser submetidos a reciclagens e despedimentos segundo o critério e os interesses patronais.

Este exemplo basta para demonstrar que em sistema capitalista, e com mais forte razão sob um regime fascista, progresso técnico significa aumento da exploração. Com uma Comissão Administrativa no Sindicato e ante a fraca movimentação dos trabalhadores nas empresas, o patronato vai esfregando as mãos e enchendo os cofres.

Em resultado da fusão da empresa «Água do Luso» com a Sociedade Central de Cervejas, foram despedidos 30 trabalhadores, alguns dos quais com mais de 25 anos de casa, recebendo apenas miseráveis indemnizações de 2 semanas. A concentração capitalista, com a qual tanto engordam os grupos monopolistas, não passa duma fonte de insegura-

rança e exploração para os trabalhadores.

Sujeitos a arbitrários despedimentos estão também os trabalhadores do Consórcio Lancero, empresa em que o Estado fascista, através da Junta dos Produtos Pecuários, também é patrão. A reacção dos trabalhadores contra 13 despedimentos e a ameaça de mais 30 forçou o patronato a pagar as indemnizações devidas e os 30 despedimentos não tiveram lugar. Mas os exploradores não tardaram a voltar à carga. A ameaça de 100 despedimentos pesa agora gravemente sobre os trabalhadores, medida com a qual o patronato espera obter a revogação de uma portaria que não é do seu agrado, repetindo igual proeza feita há anos, depois da qual fez nova admissão de pessoal e readmitiu despedidos aos quais roubou regalias conquistadas.

O espantallo do despedimento e do desemprego que se agiganta em vários sectores industriais deve esbarrar com a acção unida, solidária e organizada dos trabalhadores, sob a palavra de ordem **Pão ou trabalho!**

A luta nas empresas não pode afrouxar

Constatando que «desde 1970, o que tem caracterizado a luta reivindicativa é a ampla movimentação de classes profissionais e uma deslocação do eixo fundamental da luta reivindicativa do terreno da empresa para o sindicato», o documento do C.C. alertando para os riscos que tal evolução comporta, afirma designadamente: «Perigos são os que resultam de um afrouxamento da luta nas empresas, essencial para a defesa dos interesses dos trabalhadores, tanto mais que a maioria dos Sindicatos têm direcções e comissões administrativas fascistas e é instável a situação naqueles em que as direcções têm a confiança dos trabalhadores».

Os exemplos abundam para justificar esta advertência do C.C.:

— Os bancários de Lisboa que, tal como os do Porto, acabam de alcançar uma grande vitória es-corraçando as Comissões Administrativas das direcções do Sindicato, desmascaram os ardis a que os senhores da banca, em pleno período de revisão contractual, estão recorrendo com o fito de prepararem o terreno para a repressão administrativa e policial a par de constantes manobras intimidativas e repressivas, designadamente o despedimento de activistas sindicais.

Através das Comissões Administrativas e direcções-laciais, governo e patronato desferem incessantes golpes no movimento sindical. Sob a deliberada má gestão financeira das Comissões Administrativas escondem-se as mais sujas manobras com vista a entravar pela falta de fundos a vida sindical, a criar dificuldades e desatender as futuras direcções. Eis apenas dois exemplos reveladores: o empréstimo de mil contos obtido junto do Ministério das Corporações pela Comissão Administrativa do Sindicato dos Motoristas de Lisboa; o contrato de arrendamento por dois anos de um velho edifício para instalação dos Serviços Clínicos dos Bancários de Lisboa, pela exorbitante quantia de 100 contos mensais, negociada em que ao lado da Comissão Administrativa gente graúda do Ministério das Corporações não pode deixar de estar envolvida.

Tal como no Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, em muitos Sindicatos multiplicam-se as manobras para serem colocados rafeiros do patronato nas direcções. No Sindicato dos Motoristas de Lisboa, governo e patronato de

mãos dadas tentam convencer os trabalhadores a aceitar laciais numa «lista única», lançando mão de todos os expedientes, e intimidando com a presença provocatória da Pide-DGS.

Os golpes da repressão fascista contra as direcções sindicais têm causado graves danos ao movimento sindical. Eleger homens honrados, corajosos e combativos para as direcções dos sindicatos, defender e apoiar massivamente as direcções eleitas, continua a ser indispensável para o prosseguimento e fortalecimento da luta reivindicativa nos Sindicatos Nacionais.

Porém, mesmo quando disponham de direcções sindicais honestas e da sua confiança, os trabalhadores não podem delegar nelas exclusivamente a solução de todos os seus problemas. Paralelamente, impõe-se a continuação da criação de Comissões Sindicais, que se mantenham vigilantes ante o trabalho das direcções e que, em caso de necessidade, denunciem e ajudem a corrigir os seus erros e desvios. No Sindicato dos Textéis da Covilhã, onde os trabalhadores es-corraçaram a direcção vendida com a vitória da lista da classe, estas indicações não podem deixar de estar presentes entre os trabalhadores.

Face à intensificação da exploração capitalista, às ilegalidades e falcatruas dos exploradores e do seu governo, a luta reivindicativa não pode parar. A este respeito, o documento da reunião de Maio do C.C. afirma:

«É indispensável intensificar a luta organizada nas empresas, que é aliás a principal força motora de toda a luta reivindicativa, formando e defendendo Comissões de Unidade, multiplicando os abaixo-assinados, as concentrações, paralizações e greves, exigindo do patronato respectivo a satisfação das reclamações dos trabalhadores.

As lutas nos Sindicatos e nas empresas não são alternativas, mas complementares».

AS LIÇÕES DE UMA «DERROTA»

No Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, pelo braço dos seus laciais da direcção cessante, o patronato levou a cabo uma verdadeira burlesca eleitoral. Com outro nome não se pode, na verdade, classificar «eleições» onde mais de 2.000 metalúrgicos compareceram para votar na lista da sua confiança e onde esta acabaria por sair «derrotada» por 236 votos contra 367!

As falcatruas sucederam-se em cadeia para impedir o maior número de votar: convocação fixando um período de 3 horas para votar (das 9,30 às 12,30) nada dizendo astuciosamente sobre a obrigatoriedade da sua continuação enquanto houvesse votantes; não se organizam mesas de voto nos locais devidos; começo da assembleia com grande atraso, etc.

Numa manifestação de prepotência, o presidente-laciais responde às vozes de protesto que se levantam na sala rasgando 2 votos da lista dos trabalhadores e dizendo insolentemente que era para «tornar mais fácil a votação». As provocações da direcção-laciais geram um ambiente de tumulto. Partem-se cadeiras. Os metalúrgicos que estão na rua entram na sala de rodão gritando

«bandidos», «ladrões», «fascistas» e passando a exhibir bem alto os votos da lista da classe na qual querem votar. A G.N.R. comparece no local para impôr a «ordem» da falsificação e da exploração.

Vendo que apesar do pequeno número das votações, a lista da classe vence por uma diferença de 100 votos meia hora antes do período fixado para a votação, a massa dos trabalhadores começou a debandar, subestimando a falta de escrúpulos e a capacidade de manobra do inimigo de classe.

A «chapelada» veio precisamente depois das 12,30, altura em que cerca de 500 metalúrgicos de 2 fábricas de Rio Meão (numa das quais o presidente-laciais é encarregado) trouxeram, enganados, os seus votos à lista-laciais, depois de lhes terem sido impingidas as mais grosseiras mentiras acerca da lista da classe.

A combatividade dos metalúrgicos não conseguiu suprir a sua falta de vigilância. Nunca há que fiar numa vitória fácil, sobretudo num regime fascista em que o governo tudo faz para manter desorganizados e despolitizados os trabalhadores.

Quantias recebidas dos amigos do partido

A Juventude está com o P. 145000	Dum fato de maaco 1.000000	Lutemos por sindicatos representativos (E) 55000	Unidos com o Partido 1.000000
A memória de Catarina 600000	Economista amigo do P. 500000	Id. (C) 50000	Id. 1.300000
Gregório 100000	Efren 5.000000	Marxismo 20000	Veterano do PCP 20000
Abaixo a vida cara 70000	Emblema 50000	Pela conferência de seg. e coop. europeia 50000	Vidreiros amigos 1.000000
A.J.A. 100000	R. Vicente 70000	Id. 10000	Vítimas do Tarrafal 950000
Alentejano 40000	F. Miguel 1.000000	Por sindicatos representativos 150000	Vitória para o 1º Maio - lista id. id. 002 70000
Alentejano erm. 1.000000	Frederico 2.500000	Prof. Paludo 70000	* * 72-5 500000
Amigo da loja 100000	Gabriel Pedro 200000	Valente 20000	* * 80000
Amigo da quinta 50000	Guilherme de Annistia 750000	Reformação melhor 17000	* * 17-1 140000
(Se) 67000	Hermenegildo Correia 15000	Ribat. ver. 70000	* * (R) 630000
Reante Maio (1) 1.000000	Imprensa Democrática 100000	Rifas 550000	* * 120000
Id. (2) 1.000000	José Adelino dos Santos 100000	Uma mulher comunista 100000	* * 45000
Blanqui Teixeira 60000	Liberdade p. A. Gervásio 1.500000	Uma pioneira 100000	* * 20000
Canções Revol. 155000	Libertação de J. Magro 170000	Total: 27.313000	* * 25000
Cat. Inf. 20000	Libertação de J. Magro 170000		* * 73 60000
Com Lenine pens. 77000	Luta anti-fascista 50000		
Dias Lourenço 2.000000	Luta ideológica 70000		
Dos comunistas do Barreiro 70000			

Nota: — Dos pioneiros do Bairro Myáisk, região de Moscovo, recebemos 1.000 emblemas de Lenine no valor de 450 rúblis.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO COMITÉ O acordo com o Mercado Comum — acto

Ao mesmo tempo que promovia no País as manifestações patrióticas (prudentemente realizadas nos «salões nobres» das Câmaras Municipais) de apoio à «candidatura» de A. Tomaz e à política de opressão e guerra coloniais, o governo de M. Caetano preparava um novo acto de abdicação e traição nacional, acto que consumou com a assinatura em Bruxelas do acordo com o Mercado Comum, através do qual submete mais estreitamente a economia portuguesa aos interesses dos monopólios internacionais.

A abdicação de Bruxelas, praticada nas costas do povo português, teve lugar a 22 de Julho. A 25 deu-se o episódio da reedição de A. Tomaz como chefe do Estado fascista numa cerimónia de gala em que participaram umas centenas de senhores escolhidos pelo governo.

A designação de A. Tomaz foi na verdade um episódio interno do regime fascista sem qualquer repercussão na vida nacional. O acontecimento poderia revestir-se de um certo interesse na medida em que poderia reflectir as dificuldades e contradições do campo fascista. Teve-o de facto, mas uns dias antes, (a 3-VII) quando M. Caetano, depois de asseverar que «Não é altura de nos dividirmos», definiu o estado agudo dessas contradições, afirmando: «Desde que o sr. almirante Américo Tomaz se presta ao sacrifício de continuar a exercer a presidência da República... só temos que agradecer a Deus, não sermos forçados a difíceis opções». Tal como M. Caetano, também os «colaboracionistas» («liberalizantes» da A.N. e «sedistas») não ousaram fazer ondas e renunciaram à apresentação de um candidato seu (coisa que haviam feito constar com insistência). Devem atribuir-se, no entanto, à sua influência parte importante dos 29 votos nulos e listas inutilizadas (tinham sido 13 em 1965) e algumas das 24 ausências, onde abundaram as motivadas por doença, mas não terá sido esse o caso de, entre outros, os deputados «liberalizantes» Sá Carneiro e Francisco Balsemão e do procurador «sedista» Mário Bruselas.

O acordo com o Mercado Comum reveste-se, pelo contrário, das mais graves consequências para o futuro imediato da economia portuguesa, as perspectivas de desenvolvimento do País, a própria independência nacional. Ele repercutiu fortemente em todos os aspectos da vida portuguesa, inclusivamente na orientação de alguns sectores políticos.

Uma nova hipoteca

Na longa comunicação que apresentou ao País sobre o acordo com o Mercado Comum, que assinara dias antes em representação do governo de M. Caetano, o ministro R. Patrício envergou a armadura dos triunfadores e quis convencer o povo português de que se tratava de «uma grande vitória», não poupando esforços na enumeração das «vantagens obtidas» e deixando deliberadamente na sombra ou minimizando os pontos negros do acordo. No entanto, no final da arenga, parecendo pouco seguro das vantagens que anunciara, recorreu, como argumento maior para o acto em que pela sua assinatura fica comprometida a Nação portuguesa, à justificação de que não havia outra coisa a fazer, de que não havia outra alternativa.

Disse ele: «... os países aderentes ao Mercado Comum (Inglaterra, Noruega e Dinamarca) constituem o grosso dos nossos mercados actuais da EFTA». «Sem o acordo agora celebrado, a barreira da pauta aduaneira passaria a erguer-se... para a totalidade das nossas exportações a eles destinadas». «Assistiríamos a um declínio drástico das nossas exportações... o défice da nossa balança comercial alargar-se-ia de forma catastrófica», etc..

A justificação apresentada pelo ministro R. Patrício representa uma confissão clara daquilo mesmo que o nosso Partido insistentemente tem denunciado e que voltou a denunciar no documento do C.C. «Tarefas fundamentais da situação política actual», de Maio de 1972: «A submissão ao imperialismo, a hostilidade ao campo socialista e o corte com os países do «Terceiro Mundo», fazem da economia portuguesa um joguete dos monopólios internacionais e dos seus associados e cúmplices em Portugal».

Colocando a economia portuguesa na dependência estrita das grandes potências imperialistas, dos monopólios internacionais e de certos mercados e espaços económicos capitalistas, a ditadura fascista hipoteca passo a passo o futuro económico do País e envolve a nação portuguesa numa teia de compromissos e novas servidões cada vez mais estrangulantes. O acordo com o Mercado Comum constitui uma nova hipoteca da economia nacional.

Os fascistas justificaram, ontem, com a importância do mercado inglês a entrada na EFTA, justificam hoje com a importância dos mercados da EFTA o acordo com o Mercado Comum e preparam-se para justificar amanhã, se o povo português lhes der tempo, com a importância do comércio português com o Mercado Comum novos actos de abdicação perante os monopólios internacionais.

Não se trata, porém, de uma simples questão de orientação em política económica. A política fascista face aos movimentos de integração imperialista resulta da própria natureza de classe do fascismo como ditadura dos monopólios associados ao imperialismo e dos latifundiários.

Por isso, uma real alternativa implica, como salientou o C.C. do

nosso Partido, em Maio de 1972: «a liquidação do poder dos monopólios, a libertação do imperialismo estrangeiro, o fim da guerra colonial e do colonialismo, uma política nacional independente, o estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todos os países, designadamente com os países socialistas. Essa alternativa exige como primeiro passo, o derrubamento da ditadura fascista e a instauração de um governo democrático».

Liquidação de pequenas e médias empresas

A designação de produtos «sensíveis» serviu aos maiores do Mercado Comum para imporem, no acordo com Portugal, medidas discriminatórias em relação aos têxteis, artigos de vestuário e conservas portuguesas.

Isto fora previsto em Maio pelo C.C. do nosso Partido, no documento citado, quando esclareceu: «O comércio livre, que os grandes países imperialistas pretendem impôr aos países mais atrasados, é acompanhado de medidas proteccionistas discriminatórias contra os artigos chamados «sensíveis»».

Neste ponto também o ministro R. Patrício foi forçado a moderar a fachada optimista para reconhecer: «as limitações potencialmente postas às concessões aduaneiras relativas às nossas exportações de têxteis e vestuários constituem certamente uma parte negativa do acordo».

Mas logo a seguir, reassumindo o papel de ministro dos monopólios associados ao imperialismo, lavrou uma sentença de morte contra as pequenas e médias empresas têxteis e de confecções, usando até, clinicamente, o argumento dos baixos salários que se praticam nesses sectores, como se o governo de que faz parte e os monopólios estrangeiros de que é agente não fossem os principais responsáveis dessa situação.

Disse ele: «De qualquer modo, a expansão desordenada de um sector industrial de fraco nível tecnológico e apoiado em baixos salários não pode constituir o futuro do nosso progresso económico».

Retomando o mesmo tema, o ministro Mota Campos punha, dias depois, em destaque as «maiores exigências de competitividade para enfrentar a luta no amplo mercado externo que lhes foi franqueado como para manter posições no mercado português cuja abertura ao exterior faz educar processos de industrialização em larga medida assentes na substituição de importações.»

O acordo com o Mercado Comum não só representa, por si mesmo, o dobre de finados para muitas pequenas e médias empresas têxteis, de vestuários, alimentares e outras, como servirá de pretexto ao governo de M. Caetano para acelerar o processo de liquidação das pequenas e médias empresas, em geral, incrementando a concentração de capitais e a concentração monopolista.

Questões que R. Patrício não esclareceu

Afirmou: «obtivemos o acesso progressivamente livre... ao mercado de maior potência comercial do Mundo». Mas nada esclareceu nem quanto a prazos, nem quanto a percentagens, nem quanto a condições em que se processará este acesso progressivo, questões que se revestem da maior importância num acordo desta natureza.

Afirmou: «fomos o único país membro da EFTA não aderente... a beneficiar de um esquema de facilidades para exportação de produtos agrícolas». Mas nada esclareceu sobre o alcance dessas facilidades e, quanto aos produtos contemplados, ficou-se por uma referência aos vinhos do Porto, Madeira e Moscatel de Setúbal. Sobre a cortiça, nem uma palavra.

Afirmou: «as nossas exportações de concentrados de tomate para o mercado dos sois passarão a beneficiar de facilidades que não tínhamos». Mas voltou a nada esclarecer sobre o alcance dessas facilidades e, o que é mais grave, não disse uma palavra sobre as condições que passarão a reger as exportações deste produto para a Inglaterra, Dinamarca e Noruega, que era precisamente o que importava dado constituírem dos principais mercados importadores, enquanto os «seis» têm tido até agora uma importância relativamente pequena.

Afirmou: «Portugal... ficou com inteira liberdade... para continuar a aplicar um tratamento preferencial às mercadorias ultramarinas importadas na Metrópole». Mas não esclareceu que o acordo diz apenas respeito a Portugal sem incluir as colónias, que o Mercado Comum não reconhece a ficção fascista do «Portugal pluricontinental» (o país e as colónias). Assinar um acordo nestas condições e para mais num período de grande histeria colonialista é, do ponto de vista do governo de M. Caetano, uma gravíssima cedência política.

Um exemplo de «compreensão»

Na toada optimista que adoptou, R. Patrício não deixou de enaltecer «o clima de compreensão, de entendimento e de colaboração

CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

de traição dos interesses nacionais

que se estabeleceu durante as negociações...

O ministro francês da economia e finanças Giscard d'Estaing deu-nos aqui, dias antes da assinatura do acordo, um exemplo desse clima de «compreensão». Mal pôs o pé em terra fez notar que «a França esforça-se para contribuir decisivamente para o êxito deste acordo...» para logo a seguir, e a título de compensação, começou a reivindicar uma fatia maior no bolo em que os fascistas transformaram a economia nacional. Disse o francês: «A França se já largamente participou com os seus bens de equipamento, tem ainda um lugar insuficiente no espaço de investimento que se processa em Portugal.» Não se cansou de repetir esta reivindicação quer nos contactos com as entidades oficiais, quer sobretudo (pois sabe quem realmente manda) nos encontros com os chefes de fila dos monopólios (CUF, Banco Espírito Santo, Banco de Portugal, Banco de Fomento, etc.).

Que os fascistas usam de inextinguível liberalidade, quando se trata de satisfazer os apetites das grandes potências imperialistas, provou-o uma vez mais o governo de M. Caetano pela boca do ministro Dias Rosas que, às reivindicações do francês, respondeu afirmando: «A França poderá encontrar em Portugal um terreno particularmente fértil em matéria de investimento.»

Pelo apoio que prestam à ditadura fascista, os monopólios franceses estão já a cobrar chorudos dividendos. Os investimentos franceses que se cifraram em 54 mil contos em 1969 e em 38 mil contos em 1970, passaram em 1971 para 246 mil contos. Anunciam-se novos investimentos franceses na indústria química e nos cimentos. O concurso das auto-estradas beneficiou generosamente os interesses franceses que detêm posições muito fortes no grupo contemplado.

Incrementada a penetração do imperialismo

Uma publicação de Março de 1972 da Câmara do Comércio e Indústria Luso-Alemã sobre investimentos estrangeiros em Portugal prestou alguns significativos esclarecimentos.

Diz a Câmara: «Se bem que já nos anos anteriores se tenha constatado, a par da abertura de Portugal para a colaboração económica e para o acolhimento de capital estrangeiro, um aumento permanente da afluência de capital e uma interpenetração com o capital nacional, ... 1971 terá sido um dos anos records.»

Segundo os cálculos que apresenta, os investimentos estrangeiros exclusivos ou em interpenetração com capitais nacionais atingiram em 1971 o montante de 2.267 mil contos, contra 1.979 mil contos em 1970, e 1.708 mil contos em 1969. Em três anos, os investimentos daquela natureza atingiram um total de cerca de 6 milhões de contos. Quanto à proveniência deste afluxo de capital, a C.C.I.L.A. atribui cerca de 1 milhão de contos aos Estados Unidos, 975 mil contos à Bélgica, 878 mil contos à África do Sul, 647 mil contos à R.F. da Alemanha, 579 mil contos à Inglaterra, para só citarmos as origens de maior vulto.

Repare-se que a C.C.I.L.A. considera como factor primordial desta afluência de capital estrangeiro «a atitude positiva do Governo português, bem como o apoio dos círculos económicos orientados progressivamente para uma aproximação mais estreita da Europa e para a integração da área económica europeia».

Importa também anotar outras razões aduzidas pela C.C.I.L.A. e que representam um testemunho insuspeito sobre a política de traição e abdicação nacional dos governantes fascistas. São elas:

- Disposição incondicional de Portugal para dar o mesmo tratamento ao capital estrangeiro que ao nacional;
- Possibilidade de reexportação, conforme deliberação livre, transferência livre de lucros;
- Condições tributárias relativamente favoráveis;
- Situação no mercado de trabalho relativamente favorável;
- Condições de localização privilegiadas para a produção e fornecimento de terceiros mercados, sobretudo sob o ponto de vista do custo de produção (isto é, baixos salários), adaptadas às relações concorrenciais internacionais.

Por tudo isto, a C.C.I.L.A. recomenda a intensificação dos investimentos alemães.

Outros imperialismos estão igualmente atentos e procuram defender e ampliar as suas posições. É o caso da Inglaterra, por exemplo.

Quando foi assinado o chamado acordo de assistência económica dos Estados Unidos a Portugal, a troca da cedência da base das Lajes, os meios financeiros britânicos inquietaram-se e fizeram publicar, no jornal «A Capital» (26-1-72), uma notícia em que anunciavam: «Eleva-se a 14 milhões de contos o montante dos empréstimos concedidos por instituições financeiras britânicas para importantes projectos portugueses de desenvolvimento.» Na mesma notícia referia-se um officio do Embaixador da Inglaterra à Câmara de Comércio Luso-Britânica em que o representante de Sua Majestade garantia: «as autoridades e instituições do Reino Unido sempre estiveram e continuam dispostas e prontas a proporcionar facilidades idênticas às oferecidas pela United States Export-Import Bank».

Procurando responder à acusação que lhe temos feito de que está a agravar a dominação de Portugal pelo imperialismo, M. Caetano

defendeu-se, em Almada, gritando: Portugal «não é vassalo de nenhuma potência estrangeira.»

Não é isso que temos dito. O que dizemos e o que os factos comprovam é que Portugal é, cada vez mais, vassalo dos monopólios internacionais, é dominado simultaneamente por várias potências imperialistas que, embora podendo degladiar-se na caça a esta ou aquela posição, estão no fundamental de acordo para a exploração em comum dos trabalhadores e do povo português, dos recursos e das riquezas nacionais. O que dizemos é que o governo de M. Caetano é o grande agente da entrega do País aos estrangeiros.

Intensificação da exploração dos trabalhadores

A classe operária e os trabalhadores portugueses sabem por experiência própria que os investimentos estrangeiros não representam para eles nem salários mais elevados, nem melhores condições de trabalho, ao contrário do que pregam os propagandistas dos monopólios e da entrega do País ao imperialismo.

As manobras da administração da Grundig para se eximir a condições contratuais de trabalho e de salários e que estiveram na origem da valente greve dos trabalhadores desta empresa, bem como as pressões, coroadas de êxito, de algumas embaixadas estrangeiras junto do governo de M. Caetano para impedir a homologação das tabelas salariais do Contrato Colectivo de Trabalho dos metalúrgicos, estão bem frescas na memória dos trabalhadores portugueses.

Os capitais estrangeiros vêm a Portugal precisamente para tirarem partido dos baixos salários e das condições de exploração que a ditadura fascista lhes proporciona. Eles representam e representam, cada vez mais, um obstáculo à melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses. O acordo assinado com o Mercado Comum vai traduzir-se para os trabalhadores numa acelerada intensificação da exploração, pois os monopólios e os capitalistas, em geral, irão tentar que sejam as massas laboriosas a sofrer as consequências das novas condições de concorrência.

O governo de M. Caetano está já a incitar à intensificação da exploração quando afirma pela boca do ministro de Estado, Mota Campos, que o acordo «obriga a enorme esforço nos domínios da produtividade».

Um novo elo de opressão

É conhecido que os chamados «liberalizantes» do regime (incluindo o pessoal da SEDES) são dos mais furiosos defensores da participação do País na integração imperialista e da «abertura» da economia nacional aos investimentos estrangeiros. Não admira, pois, que eles saudem o que o governo de M. Caetano realiza neste domínio e considerem até que a integração e a abertura deveriam processar-se numa escala maior. Não admira tão pouco que procurem defender esta política proclamando que assim é que caminharemos para a «liberalização».

Já é surpreendente que certos sectores democráticos ou tidos como tal, naveguem nessas mesmas águas e apontem o estreitamento dos laços com o Mercado Comum como um factor que favorecerá o encaminhamento do País para a democracia, como anunciou o jornal «República» de 24-VII.

Ao contrário do que afirma este jornal, o acordo com o Mercado Comum e o conseqüente agravamento da dependência do nosso País em relação aos monopólios internacionais representam um novo elo da opressão de que o povo português é vítima.

Aos monopólios internacionais interessa que o povo português continue privado das mais elementares liberdades para mais facilmente o explorarem e exploriarem. A instauração da verdadeira democracia em Portugal implica, como o nosso Partido insistentemente tem apontado, a libertação do País da dominação do imperialismo. E esta será obra da luta revolucionária do povo português, não nos cairá nas mãos por obra e graça dos mesmos agentes da dominação — os monopólios internacionais.

A luta contra a submissão ao imperialismo — no primeiro plano!

Por todas as implicações de que se reveste no imediato e pelas graves servidões que acarreta para o futuro da Pátria portuguesa, a luta contra a crescente submissão ao imperialismo, de um modo geral, e a denúncia do acordo com o Mercado Comum, de modo particular, devem ter um lugar de primeiro plano em todas as frentes de luta popular e democrática.

Ante a política de traição nacional praticada pelo governo de M. Caetano, há que reforçar a consciência patriótica nacional, há que ampliar o esclarecimento e a informação do povo português, há que desmistificar a propaganda do fascismo, há que dar combate aos cantos de sireia dos novos «liberais» e às profecias ingenuas de certos democratas.

Continuando a associar a luta reivindicativa nas empresas e nos sindicatos à luta anti-imperialista, como há pouco fizeram os operários da Grundig e de muitas empresas metalúrgicas, a classe operária, que tem empunhado como nenhuma outra a bandeira da independência nacional, deve unir à sua volta, nesta batalha, as largas massas da população laboriosa, todos os sectores democráticos e patrióticos.

5 de Agosto de 1972

A Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português

VITÓRIA DE GRANDE SIGNIFICADO do movimento estudantil

A greve a exames, decidida pelos estudantes do I.S. Técnico numa Reunião Geral em que participaram 1.500 alunos, foi uma grande afirmação das disposições de luta e da unidade combativa das massas estudantis.

A greve foi cumprida quase integralmente—99%—apesar de todas as pressões, manobras e intimidações de que as autoridades fascistas jogaram mão—notas ministeriais e do Conselho Escolar, tentativas de divisão dos estudantes, cerco do Técnico por forças da P.S.P., pides e «gorilas» dentro das salas de exame, protecção policial aos fura-greves, etc..

No primeiro dia de greve, 10 de Julho, apenas três estudantes se apresentaram para fazer exame: dois foram «dissuadidos» pelos colegas e apenas um consumou o acto de traição.

Ao mesmo tempo, os estudantes de Económicas mantinham-se em greve geral às aulas e em todas as escolas e academias desenvolvia-se uma campanha de solidariedade aos estudantes do Técnico e Económicas.

Declarações de apoio e medidas de solidariedade aos estudantes em luta eram adoptadas em vários sectores democráticos e profissionais, nomeadamente numa assembleia geral da Secção Regional de Lisboa da Ordem

Pôr fim ao genocídio

(cont. da 1ª pág.)

opinião pública, tornar mais eficaz o apoio e a ajuda dos povos europeus ao povo do Vietnam e de toda a Indochina».

A Declaração aprovada por todos os partidos termina apelando para que «actuemos conjuntamente para pôr um fim ao genocídio no Vietnam! Não deixemos nenhum homem de coração à margem da acção!» «Reforcemos conjuntamente o apoio ao combate dos povos do Vietnam e de toda a Indochina pela liberdade e pela independência!»

E, pois, necessário e urgente que a classe operária, os trabalhadores, todos os portugueses que amam a Paz e a Liberdade constituam imediatamente comissões de solidariedade e realizem as mais variadas acções de solidariedade ao heróico povo vietnamita, contribuindo assim para forçar o imperialismo americano a recuar e a cessar os seus hediondos crimes no Vietnam.

Que se envie mensagens e representações à Embaixada dos Estados Unidos (Avenida Duque de Loulé—Lisboa) ou consuladros, exigindo o termo imediato dos bombardeamentos e a retirada incondicional de todas as tropas norte-americanas do Vietnam.

dos Engenheiros.

Dias depois do início da greve a exames e ante o grande sucesso de que esta se revestia, o Conselho Escolar do Técnico propôs negociações aos corpos gerentes eleitos da Associação dos Estudantes e a representantes dos assistentes (que se mantinham solidários com os alunos e lutam por objectivos próprios).

Os estudantes do Técnico aceitaram as negociações, mas prosseguiram a greve a exames, não descurando nenhum aspecto para garantir a sua eficácia.

As negociações saldaram-se pela aceitação por parte do Conselho Escolar de todas as reivindicações fundamentais dos estudantes: reabertura da Associação não havendo qualquer outro compromisso que não seja o respeito devido aos seus estatutos; homologação da direcção eleita da Associação; realização de novos exames para os alunos que faltaram em consequência da greve.

Accites estas condições pelo Conselho Escolar, 2.000 estudantes do Técnico em Reunião Geral, realizada a 21 de Julho, decidiram levantar a greve a exames. A Associação foi reaberta e as restantes condições cumpridas.

Com o encerramento das Associações do Técnico e de Económicas, na sequência do encerramento de outras associações de estudantes, o governo de M. Caetano pretendia dar um golpe mortal no Movimento Associativo dos estudantes. A luta vitoriosa dos estudantes do Técnico, com o apoio dos estudantes das outras escolas de Lisboa e das academias de Coimbra e do Porto, demonstra que o movimento estudantil tem força bastante para fazer sustar os planos do fascismo, para lhe arrebatrar posições que reocupou, para desencadear novas acções de envergadura.

MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE AO VIETNAM

No nosso País, entre as manifestações de solidariedade do povo português ao heróico povo vietnamita têm-se destacado as acções da juventude estudantil. Gritos de «Nixon fora do Vietnam!», «Vietcong, Vietcong», ressoaram nos desfiles de 500 estudantes de Lisboa e de centenas de estudantes de Coimbra. Uma campanha para o Hospital Nguyen Van Troy foi publicamente lançada no Instituto Superior Técnico em Lisboa e feitas colectas. Enormes jornais murais relatando a cronologia dos acontecimentos no Vietnam e denunciando o imperialismo americano, à volta dos quais se juntaram logo centenas de estudantes, foram pos-

ORGANIZAR E UNIR PARA NOVOS COMBATES POR AUMENTO DE SALÁRIOS CONTRA A CARESTIA DA VIDA

Sob grandes títulos, a imprensa diária anunciou no dia 16 de Julho passado terem sido fixados preços máximos a 8 artigos a que chamou de grande consumo, dando a ideia de que teria havido uma baixa. Nada, porém, mais falso. A grande medida governamental limitou-se a fixar preços por que os artigos já estavam a ser vendidos.

Em relação ao bacalhau, o preço mais caro «homologado» seria de 43500; na realidade nas montras aparece afixado o preço de 46500. Considerar, por outro lado, as torradinhas com manteiga, refrigerantes (pelo menos no inverno), café à chávena, marmelada, artigos de grande consumo, só com um pouco de esforço. Em bom português chama-se a isto fugir com o rabo à seringa.

Os lavradores açoreanos, ribatejanos foram forçados pela seca e falta de pastos a venderem o gado bovino e ovino à Junta dos Produtos Pecuários e aos grêmios dos comerciantes de carnes a preços baixos. No entanto, nem mesmo temporariamente, a carne sofreu qualquer baixa, pelo contrário.

As populações viram nos últimos tempos aumentar o preço da água e são forçados a pagar um mínimo que não consomem, nalguns casos, 10 metros cúbicos. Apesar disso, em muitas terras falta a água, como, por exemplo, no Porto, Matosinhos, Gaia, Sintra, Montargil, Lanhelas, Ribeira da Pena, etc.. As populações são obrigadas a pagar o que não lhes é fornecido e forçadas a novas despesas para obterem água em certos períodos do ano.

Os preços do peixe, da carne, dos legumes, das rendas de casa, dos transportes, etc., longe de baixarem, mantêm-se elevados ou continuam a aumentar.

Vê-se assim que as declarações altisonantes de M. Caetano, ministros, secretários e subsecretários de Estado e de outros caixeiros viajantes do regime e do

governo, assim como os despachos, decretos, «medidas», «homologações» e a afixação obrigatória dos preços, como a vida o vem demonstrando todos os dias, não passam, como temos dito, de palavrado com que pretendem enganar, confundir e mais facilmente expoliar as massas populares.

Os preços e os impostos que tomam sobre as populações laboriosas têm, na generalidade, continuado a subir sem que os salários tenham acompanhado essa subida.

Mantiver os salários congelados durante o maior espaço de tempo possível, eternizar as negociações contratuais e depois destas concluídas eternizar a espera de homologação dos contratos e acordos colectivos e, ainda depois, adiar por longos meses, quando não durante anos, a sua aplicação é uma constante da política dos monopólios e do grande patronato e do seu governo—o governo de Caetano no momento presente. Desta simples maneira de conduzir a luta de classes contra os trabalhadores, estes são pura e simplesmente esbulhados suplementarmente de muitas centenas de milhares de contos, quando não de milhões de contos. Que façam as contas, por exemplo, os metalúrgicos e os trabalhadores da indústria química.

Relacionando o aumento constante do custo de vida com os seus salários, os empregados bancários fizeram as suas contas e chegaram ao resultado de que se houvesse actualização automática de salários, estes deveriam ter sido aumentados em 1971 em relação a 1970 respectivamente para as categorias D, E e F de 700500, 600500 e 500500, e em 1972 em relação a 1971 de respectivamente 1.100500, 950500 e 650500. Se se considerar o «13 mes» e o devido subsídio de férias, a diferença mensal média é respectivamente para as três categorias de 2.100500, 1.800500 e 1.250500. Agora é já menos difícil saber quantas dezenas de milhar de contos embolsaram os senhores da banca em dois anos devido à política caetanista de congelamento dos salários.

O que se passa com os metalúrgicos, os empregados na indústria química e os empregados bancários passa-se com todos os trabalhadores sem excepção. A situação impõe, por isso mesmo, a todos a necessidade de se organizarem melhor, de se unirem mais estreitamente e mobilizarem com mais energia todas as suas forças, na cidade e no campo, e de se lançarem mais audaciosamente ainda em novos combates nas empresas e nos sindicatos, nos campos e nas casas do povo, nas repartições públicas e nas escolas, nos locais de compra e nas ruas por aumento de salários e ordenados, por medidas efectivas que ponham um travão à alta do custo de vida.

Uma farsa

(cont. da 2ª pág.)

balho que o povo também paga. Sintomático que M. Caetano e a sua camarilha fascista tenham sentido necessidade de recorrer ao velho estilo propagandístico de Salazar: Lagarto! Lagarto! Lagarto!



A FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMENTO COMUNISTA

Com este título acaba de publicar a revista «Problemas da Paz e do Socialismo», nº 6 de 1972 da edição de em língua russa, um artigo de camarada Alvaro Cunhal.

Dada a sua importância resolvemos publicar neste nº do «Avante!» alguns extratos e publicá-lo na íntegra no próximo nº de «O Militante».

Depois de referir quais as raízes da força do movimento comunista, o camarada A. Cunhal precisa que:

«A URSS continua sendo o maior bastião das forças revolucionárias e o PCUS mantém-se na vanguarda do movimento comunista. As suas experiências de validade universal refletem-se na actividade de todos os partidos irmãos. As suas realizações e vitórias estão indissolúvelmente ligadas as outras revoluções socialistas vitoriosas, a criação e defesa do sistema socialista mundial, o progresso do movimento comunista, os sucessos da luta de libertação nacional.»

Sobre o movimento de libertação nacional, o secretário geral do nosso Partido destaca:

«Tal como o ascenso do movimento de libertação é inseparável das vitórias da URSS, da criação do sistema socialista, do movimento operário, assim hoje o desenvolvimento independente dos países libertados exige, objectivamente, a sua cooperação com as forças do socialismo e, em primeiro lugar, com a URSS. Dado o estágio do desenvolvimento social, o processo que seguiu a luta de libertação e o papel dirigente dos partidos revolucionários da pequena burguesia, manifestam-se, é certo, incompreensões e reservas em relação aos ideais comunistas e não são raras as manifestações de anticomunismo e mesmo a repressão de partidos irmãos. O movimento comunista é activamente solidário para com os comunistas desses países. Combate as manifestações de anticomunismo, que além do mais, comprometem a política independente e a tendência anticapitalista de novos estados e abrem caminho às forças da reacção interna ao serviço do neocolonialismo. Ao mesmo tempo, o movimento comunista prossegue uma política de unidade na luta anti-imperialista com os partidos e forças nacionais revolucionárias, política de que é expressão o auxílio económico, político, diplomático e outro que a URSS e outros países socialistas prestam aos regimes anti-imperialistas na Ásia, África e América Latina.»

Referindo os manejos agressivos e conspiratórios do imperialismo contra os povos, A. Cunhal salienta:

«Já lá vai, porém, o tempo em que o imperialismo pensava poder sufocar economicamente ou

liquidar pelas armas o mundo socialista, em que vencida com a «política da cambocira» a resistência dos povos subjulgados, em que desdenhava da potencialidade e capacidade revolucionária dos trabalhadores. Hoje o mais poderoso estado imperialista quebra os dentes no Vietnam e noutros países da Indochina. Fracasaram as suas tentativas de agressão contra Cuba e contra a República Democrática Popular da Coreia, os seus esforços para impedir a consolidação e o desenvolvimento da RDA, para fomentar a contra-revolução em países socialistas, para impedir o desenvolvimento das vanguardas leninistas nos países capitalistas, para subjugar a luta dos povos árabes e liquidar os seus regimes progressistas, para abafar com as armas os povos em luta contra o jugo colonial, como é o caso das colónias portuguesas.»

Depois de noutra passagem do seu artigo reafirmar que «o movimento comunista constitui também a mais influente e poderosa força ideológica do mundo contemporâneo», o camarada Cunhal prossegue:

«Enquanto a concepção proletária e revolucionária do mundo ganha as grandes massas, aprofunda-se a crise da ideologia burguesa. Apesar das «novas teorias» que se sucedem, a burguesia é incapaz de apresentar qualquer alternativa válida do comunismo. O anticomunismo tornou-se o seu principal instrumento ideológico. Não lhe basta porém o combate frontal, directo, que, desacreditado e estéril, encontra cada vez menos audiência. Por isso, tal como no plano político, o imperialismo procura combater «por dentro» de «esquerda», ao nacionalismo.»

Precisando que as revoluções «não se copiam, nem se imitam, nem se encomendam, nem se fazem segundo receitas e clichés», A. Cunhal destaca no seu artigo:

«Por isso, as vanguardas revolucionárias do proletariado nos países capitalistas, guiando-se pelo marxismo-leninismo, assimilando a experiência do movimento revolucionário mundial e sem esquecerem os factores externos, analisam profundamente a realidade no próprio país e, nessa base, definem a etapa da revolução, os objectivos e as formas de luta, a via para a conquista do poder, e mesmo características do futuro estado socialista. Esta forma de abordar cientificamente os problemas da revolução socialista nada tem, porém, a ver com abusca apriorística de uma «originalidade» e de um «modelo» próprio do socialismo, que pretenda afastar-se das leis objectivas, das experiências históricas, dos traços fundamentais comuns de todas as revoluções socialistas.»

E mais adiante, referindo que «o reforço da unidade do movimento comunista não contraria antes torna mais sólida a inde-

pendência de cada partido», o camarada A. Cunhal alerta:

«Quando o inimigo de classe (secundado por revisionistas) grita que a «prova» de «independência» é o criticismo sistemático em relação e aos países socialistas e acusa de «incondicionais» e «ceifados» à URSS os internacionalistas consequentes não pretende senão que os partidos abandonem a sua independência política e ideológica. Nos países capitalistas, as relações fraternais com os partidos irmãos, designadamente com o PCUS e outros partidos no poder, a activa solidariedade para com eles, a defesa dos países socialistas, a participação em acções comuns, são, por si, uma marca de independência ante a pressão anti-soviética e anticomunista do inimigo de classe, independência testemunhada superiormente, em países onde lavra o terror reaccionário e fascismo, com a prisão, a tortura, tantas vezes a

morte, dos militantes revolucionários.»

E a finalizar:
«Só o movimento comunista está em condições de ser a força motora da unidade das forças da democracia, do progresso, da independência nacional, da paz, do socialismo. Esse papel do movimento comunista não significa que este se deva reforçar e alargar para incluir outros sectores políticos anti-imperialistas, diluindo-se assim no seio de uma frente anti-imperialista. O movimento comunista está tanto mais em condições de ser o animador e o organizador da unidade das forças anti-imperialistas, quanto mais reforça a sua unidade política, ideológica e de acção. A unidade do movimento comunista corresponde aos interesses profundos e vitais, não apenas da classe operária, mas de todos os povos em luta contra o imperialismo.»

A JUVENTUDE E O POVO DIZEM «NÃO» À GUERRA COLONIAL

Depois da acção da ARA, de 12 de Janeiro, em que foi destruída no porto de Lisboa grande quantidade de material pronto a embarcar para a guerra colonial, o povo português voltou a manifestar o seu ódio às guerras coloniais em várias acções.

— A população de Pias (Alençujo) transformou o funeral de um soldado morto na guerra numa manifestação de protesto contra a guerra. No dia do funeral, em Maio passado, o comércio local fechou as suas portas e a força militar encabeçada por um tenente que apareceu no funeral foi recebida com gritos de «assassinos» e «abaixo a guerra colonial».

— Numa manifestação estudantil, 500 estudantes de Lisboa desfilaron pelas ruas da cidade gritando «Abaixo a guerra colonial» e «Guerra à guerra colonial» e são aplaudidos com palmas pela população.

— Em Coimbra, muitas centenas de estudantes, também numa manifestação de rua juntam gritos de «Abaixo a guerra colonial» às palavras de ordem relativas à sua luta contra a repressão.

— Em festejos populares, como recentemente na tradicional noite de S. João no Porto, a juventude manifesta o seu ódio à guerra colonial em quadras po-

pulares que são cantadas e distribuídas em milhares de tarjetas com palavras de ordem antifascistas e anticolonialistas.

M. Caetano, tal como o confessou, é incapaz de encontrar caminhos que permitam «aliviar os sacrifícios do povo português» provenientes da guerra colonial. O povo português, porém, há muito que encontrou e vem prosseguindo o único e justo caminho da luta firme, corajosa e solidária da luta libertadora dos povos de Angola, Guiné e Moçambique pelo fim das criminosas guerras coloniais, pelo reconhecimento à autodeterminação e à independência dos povos coloniais.

Pequenas notícias

Deserções

Aproveitando uma licença a Portugal vindos da Guiné, desertaram recentemente um capitão e um alferes. A pequena unidade militar a que ambos pertenciam, em seis meses de comissão, sofreu 23 baixas por morte.

40 militares estropiados

No dia 1 de Junho passado, vindos da Guiné, chegaram a Lisboa de avião mais 40 militares estropiados.

Denunciar os crimes colonialistas!

Na 5ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Junho passado em Genebra, a Organização Internacional do Trabalho condenou Portugal pela «política de opressão colonial, de discriminação racial e de violação dos direitos sindicais» exercida em Angola, Guiné e Moçambique, pelos «actos de repressão militar contra as populações daqueles países, pela «expulsão sistemática dos trabalhadores africanos das terras férteis para aí instalar colonos brancos» e por submeter os trabalhadores africanos a «medidas discriminatórias em matéria fiscal, de emprego, de formação profissional, de previdência social e de alojamento».

Recentemente desembarcado em Roma, perseguido pelas forças repressivas colonialistas, o missionário português padre Afonso da Costa acaba de denunciar as atrocidades praticadas pela polícia e pelas tropas colonialistas contra a população civil da província do Tete, em Moçambique, prontificando-se a dar testemunho pessoal sobre matanças indiscriminadas, mutilações, castigações e sevícias praticadas sobre um campo de concentração ali existente. Do seu conhecimento, 92 patriotas da FRELIMO foram ali assassinados nos últimos dois anos.

Velhos cúmplices dos crimes colonialistas por os silenciarem ou mesmo aprovarem, começam a parecer não ficar indiferentes ante a onda de indignação que se levanta contra tais crimes. Significativa a tal respeito, apesar de todas as suas ambiguidades, é a homilia do «5º Dia Mundial da Paz» proferida em Janeiro passado pelo insuspeito bispo de Nampula, então administrador apostólico da diocese da Beira, em Moçambique. Nela se afirma designadamente: «muitas são ainda na prática as formas de dis-

criminação social, cultural, religiosa»; existem «atitudes que traduzem ainda o vício do racismo e do domínio de uma raça sobre outra, de uma cultura sobre outra cultura»; «as relações entre o homem branco e o homem de cor estão ainda muito marcadas pelos complexos de superioridade e de inferioridade, pela violência da desconfiança e do medo»; «na prática a maioria dos homens de cor vive ainda em condições precárias»; «muitos continuam a tratar os mais fracos como infra-estruturas económicas e a apoderar-se, por razões de progresso — dizem — das melhores terras, relegando os nativos para os terrenos mais fracos ou espoliando-os sem qualquer escrúpulo».

Gabando-se de que cerca de metade das tropas colonialistas são hoje constituídas por africanos, Caetano quis sem dúvida dar um exemplo da «aceleração» a que está sendo construída a «sociedade multiracial» de que tanto fala. Exemplos ainda mais significativos poderia M. Caetano acrescentar, como seja o aumento das forças armadas da PIDE-DGS formadas exclusivamente por elementos africanos que os colonialistas atraem a si com regalias e condecorações e que só em Angola já atingem o número de 2.000!

Tais medidas, na verdade, falam bem das grandes «intencções» do governo fascista e colonialista de Caetano. Atiçando contra africanos de etnias rivais as forças armadas e policiais constituídas por elementos africanos de etnias diferentes, enquadradas e dirigidas por militares brancos, explorando e agudizando rivalidades e ódios tribais, é apenas o reforço da sua máquina de guerra e de repressão que os colonialistas têm em vista.

Não há guerra colonial em Angola, Guiné e Moçambique,

disse Caetano, mas os aviões e helicópteros fornecidos pelos imperialistas da OTAN despejam em Angola, Guiné e Moçambique bombas de fósforos e napalm que arrazam aldeias e dizimam populações, destroem culturas e gados para exterminar pela fome as populações pacíficas; 150.000 militares portugueses que estacionam ali em permanência, impõem pela força o domínio colonialista, praticam actos de guerra, de terror e massacres, tais como os da aldeia de Morés e da tabanca do Placó na Guiné, os de perto do Luso, em Angola, os da Mucumbura e outros mais recentes na província do Tete em Moçambique.

Do «entendimento» que Caetano diz reinar entre brancos e pretos nas colónias portuguesas falam a intensificação da repressão contra os patriotas e o reforço da aliança colonialista-racista-imperialista contra os povos em luta pela sua libertação. A colaboração militar existente entre os colonialistas portugueses e os racistas da África do Sul voltou a patentear-se num recente encontro realizado em Lourenço Marques entre os ministros da Defesa dos dois países.

Numa recente manifestação de massas em Lourenço Marques,

foram presos 1.800 moçambicanos. Enquanto silenciavam a sanha repressiva que se abatia sobre estes patriotas, os fascistas-colonialistas anunciavam em alta grita a libertação de 1.500 africanos «recuperados» procurando enganar o mundo com uma pseudo amnistia. A verdade, porém, é que as apregoadas medidas de «clemência» não são extensivas àqueles sobre quem estejam pendentes processos criminais e dela ficam excluídos os verdadeiros patriotas e combatentes. Este número no entanto dá apenas uma ideia da extensão da repressão colonialista e através dele os fascistas deixam ver que continuam jazendo nos campos de concentração colonialistas milhares de patriotas.

Na busca de novos métodos de refinada repressão policial, os fascistas-colonialistas recorrem aos bons serviços da polícia secreta dos imperialistas americanos. A imprensa estrangeira denuncia esta sinistra colaboração: agentes da PIDE-DGS seguem cursos de treino na América; nas unidades do general Kaulza de Arriaga, em Moçambique, há instrutores das «Forças Especiais» da CIA (The Daily Telegraph Magazine N.º 377, de 21 de Janeiro).

Coreia — um importante passo

Já há muito que o Partido do Trabalho da Coreia e o Governo da Coreia do Norte, que edificam vitoriosamente o socialismo, defendem a necessidade de encerrar

de modo efectivo e pacífico os problemas que se levantam à unificação do País.

Com tal objectivo têm sido levadas a cabo várias iniciativas, que, até há pouco, não tinham conduzido a resultados sensíveis.

Mas a justiça e a persistência dessa política levou agora a um importante sucesso que foi recebido com inteiro aplauso por todos os antigos da Paz e da Independência dos Povos.

Com a data de 4 de Julho último foi assinada e tornada pública uma Declaração conjunta do Norte e do Sul da Coreia. Essa declaração afirma a concordância de ambas as partes sobre os princípios para a reunificação, que deve ser realizada:

- com toda a independência, sem recorrer à força estrangeira nem sofrer a sua ingerência,
- pela via pacífica, sem recurso às forças armadas,
- sem distinção de ideologias, de ideias e de regimes.

Um tal acordo pode representar, evidentemente, um passo de grande importância para a solução de um problema que o imperialismo americano tem procurado sempre agravar.

A retirada das tropas americanas da Coreia do Sul é, certamente, uma das condições fundamentais que mais se impõem para o prosseguimento do caminho agora iniciado pelo acordo de 4 de Julho entre a República Democrática Popular da Coreia e a Coreia do Sul.

Estivadores ingleses 3ª SEMANA DE GREVE

Levantando-se como um só contra a exploração capitalista e as leis anti-operárias dos monopólios, numa vaga de greves que atemorizaram os seus exploradores e o governo conservador de Heath, os 40.000 estivadores ingleses contaram com a imediata solidariedade dos outros trabalhadores.

Ante a ameaça de greve geral em toda a Inglaterra, que já estava fixada, o governo foi forçado a um primeiro recuo libertando os 5 estivadores presos.

Mas a greve dos estivadores continuou e acaba de entrar na sua 3ª semana. Os estivadores reivindicam aumento de salário, garantia de trabalho e a abolição das leis anti-operárias que se recusam a acatar.

O «Avante!» saúda os corajosos estivadores ingleses pela unidade e firmeza combativa de que estão dando provas e chama a classe operária e os trabalhadores portugueses a solidarizarem-se com a sua luta, enviando mensagens de solidariedade e apoio ao Sindicato dos Portuários, Londres, Inglaterra.

NO BRASIL

bispos denunciam a repressão

A ditadura militar de Medici no Brasil continua a exercer uma feroz perseguição policial contra os comunistas, os trabalhadores e as forças patrióticas e democráticas em geral.

Numa carta aos católicos de Olinda e Recife, o arcebispo Helder Câmara e o bispo José Soares denunciam esta situação, afirmando designadamente que na sua cidade «se vêm multiplicando desaparecimentos, sequestros e prisões, sobretudo de operários e estudantes». «Jámais — dizem os bispos — há apresentação de ordem de prisão, devidamente datada ou assinada por autoridade competente e com a indicação de motivo. Ou se prende na residência ou, no caso de operários ou operárias, em pleno horário de trabalho — como aconteceu nas fábricas como as da Torre, Pilar e Santistas — deixando a im-

pressão de tratar-se de terroristas e agitadores perigosos». A carta dos bispos denuncia também «a aplicação de torturas físicas e morais» aos presos, afirmando os bispos não poderem em consciência «em nome da chamada ordem social, continuar pactuando com estruturas de opressão...»

Como se vê, nos seus métodos de terror, as forças repressivas de Medici e as de Caetano assemelham-se como duas gotas de água. Grande diferença há, porém, entre a coragem com que estas destacadas personalidades da Igreja católica se recusam a pactuar com um Estado policial, de tipo fascista no Brasil e a colaboração cada vez mais estreita da hierarquia católica em Portugal com as estruturas repressivas do fascismo.